Estratégia Concursos

Aula 00

Passo Estratégico Contabilidade p/ Câmara dos Deputados(Analista-Material-Patrimônio) 2021-Pré-Edital

Autor:
Alexandre Violato Peyerl, Vinicius Nascimento

14 de Janeiro de 2021

Sumário

Análise Estatística 5

O que é mais cobrado dentro do assunto? 5

Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque 6

Aposta Estratégica 19

Questões Estratégicas 20

Questionário de revisão e aperfeiçoamento 36

Perguntas 37

Perguntas com respostas 38

Lista de Questões Estratégicas 40

Gabarito 48

Referências Bibliográficas 48

CONTABILIDADE PÚBLICA – INTRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá, seja muito bem-vindo ao nosso Passo Estratégico de Contabilidade Pública para Câmara dos Deputados, na área de Material e Patrimônio!

Apesar de no edital constar como Contabilidade, na verdade a ementa é de Contabilidade Pública. Todavia, ainda assim é um tanto peculiar, pois não traz boa parte do que é cobrado nos demais concursos.

O curso é tocado por dois professores...

Sou Alexandre Violato Peyerl, Agente da Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sou graduado em Administração e pós-graduado em Finanças e em Auditoria e Perícia Contábil. Comecei efetivamente a estudar para concursos no fim de 2014 e obtive várias aprovações, como Banco do Brasil (3° lugar para Curitiba), Analista de Projetos da Área Econômico-Financeira do BRDE (1° lugar geral), Administrador da Itaipu Binacional (2° lugar) e TCE/SP (2° lugar para Registro), onde trabalho hoje. Foi uma jornada árdua, com derrotas e vitórias, mas digo para você, estude muito, dê o seu melhor, pois valerá muito a pena!

Sou o Prof. Vinícius Nascimento, natural de Brasília, mas residindo em Manaus, coração da nossa Amazônia! Sou formado em Gestão Pública, pós-graduando em Contabilidade Pública e também em Planejamento e Orçamento Governamental, atualmente finalizando minha graduação em Ciências Contábeis.

Minha experiência como concurseiro iniciou em 2005, quando fui aprovado para um emprego público na CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal.

EM 2006, quando estava estudando para Técnico Administrativo da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica – vi uma propaganda do concurso da Escola de Sargentos das Armas. Não pensei duas vezes e fiz minha inscrição. Fui aprovado e fui iniciar o Curso de Formação de Sargentos em Campo Grande – Mato Grosso do Sul, sendo que, ao final do curso, fui classificado na cidade de Jaguarão – Rio Grande do Sul – na fronteira com o Uruguai.

No final de 2011, fui transferido para Boa Vista, no estado de Roraima. Logo no início de 2012 fiz a prova para Técnico Judiciário – Área Administrativa do TRT 11ª Região, o qual fui aprovado em 54° lugar.

No mesmo ano, fiz o concurso para Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça de Roraima, ficando classificado. Em 2013, fui aprovado em 37° lugar para Técnico Administrativo do Ministério Público da União.

No final de 2013 saíram 2 editais: Agente Administrativo da Polícia Federal e Assistente em Administração da Universidade Federal de Roraima. Com esforço e dedicação, fui aprovado nos dois: (5° lugar para Agente Administrativo e 37° para a UFRR). Em junho de 2014 fui nomeado para a UFRR e dois meses depois para a Polícia Federal.

Em 2015 saiu o edital para Gestor Público do Instituto Federal de Roraima. Resolvi fazer a prova e fui aprovado em 1° lugar, porém optei por não assumir, pois, a lotação iria prejudicar meus projetos, afinal já estava ministrando aulas presenciais e on-line. Nesse mesmo ano entrei para o curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Roraima, em primeiro lugar.

Em 2016 saiu o edital para Contador da Universidade Federal de Roraima, fiz a prova e fui aprovado em primeiro lugar, mas não assumi pois, estava no 4° semestre da faculdade.

Em 2017 fiz a prova de Analista Judiciário – Área Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região e fiquei classificado em 42° lugar.

E, em 2019, veio minha grande conquista: aprovação em 9° lugar para Consultor Legislativo, área de Finanças Públicas da CLDF com a maior nota na prova de conhecimentos específicos (47 acertos de um total de 50).

Estou contando as vitórias, mas também foram muitas reprovações, entre elas Senado, TCU e TCE/PE. Isso é simplesmente para dizer que sei exatamente o que vocês estão passando nessa etapa. Vitórias e derrotas fazem parte!! O que importa é como você reage diante das derrotas: desistir ou aprender com os erros? Garanto que a segunda hipótese é a mais correta, afinal, só não passa quem desiste!!

Como professor, iniciei em aulas presenciais nas cidades de Boa Vista e Manaus, tendo ministrado aulas em Recife, Rio de Janeiro, Brasília e Salvador. Além disso, trabalhei em diversos sites de cursos on-line nas disciplinas de Administração Financeira e Orçamentária, Administração Geral e Pública e Contabilidade Geral e Pública.

É essa experiência que quero compartilhar com você, afinal, seremos parceiros nessa caminhada!!!

Estamos aqui para ajudar você a encurtar o caminho para a aprovação.

Fique à vontade para sanar quaisquer dúvidas que tiver através do nosso fórum.

Bons estudos!

O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

a) orientar revisões eficientes;

b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.**

Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.**

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;

b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos e nos marque no Instagram:

@passoestrategico

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de pessoas!

Bom, feitos os esclarecimentos, vamos descobrir os assuntos que possuem mais chances de cair na nossa prova?

ANÁLISE ESTATÍSTICA

Inicialmente, convém destacar os percentuais de incidência de todos os assuntos previstos no nosso curso, com base na banca Cebraspe, em ordem decrescente – ou seja, quanto maior o percentual de cobrança de um dado assunto, maior sua importância:

TÓPICO	AULA(S)	% DE COBRANÇA
Despesa Pública	07 a 09	32,13
Receita Pública	03 e 04	19,67
Procedimentos Contábeis Patrimoniais	10 a 12	18,96
Contabilidade Pública: Noções Gerais e conceitos introdutórios	**00**	**12,92**
Princípios Orçamentários	01	8,58
Noções do SIAFI	17	7,74

As aulas 14 a 16 são especificamente sobre pontos da lei 4.320/64. Os temas abordados nelas estão distribuídos também nas aulas sobre despesas, receitas e procedimentos contábeis patrimoniais, de forma que as aulas são para especificar uma revisão recortada da norma, em conformidade com o edital e com o curso regular.

O que é mais cobrado dentro do assunto?

Analisamos ainda, dentro dos tópicos abordados em cada aula, a incidência de cobrança:

TÓPICO	% DE COBRANÇA
Conceitos, objeto, abrangência e campo de aplicação	54,21%
Regime Orçamentário e Regime Patrimonial	34,58%
Características Qualitativas	7,48%

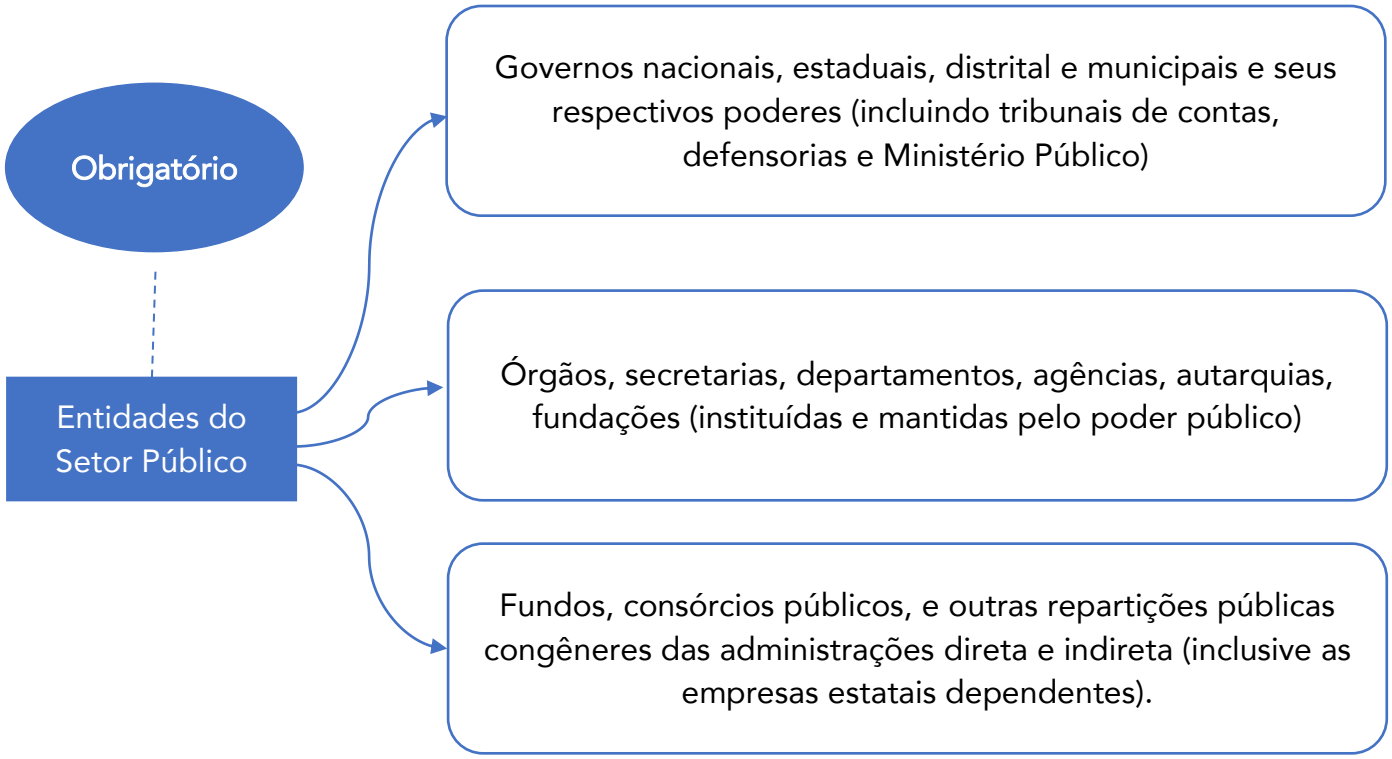
ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

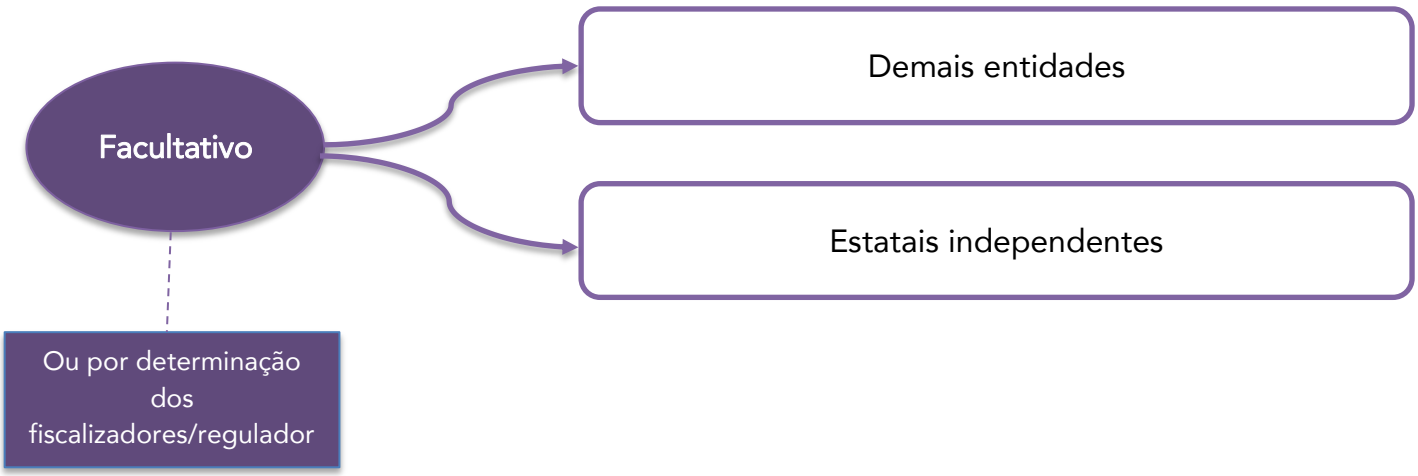
Para revisar e compreender os aspectos introdutórios à contabilidade pública, você precisa, basicamente, entender os tópicos a seguir.

Primeiramente... Cuidado se você tiver visto este tópico antes de 2016 e estiver revendo agora, bem como ao fazer questões antigas para treino. Antigamente, conceituação, campo de aplicação, objeto e objetivos estavam na NBC T 16.1, todavia, esta norma foi revogada em setembro de 2016 pela NBC TSP Estrutura Conceitual. Aqui no Passo, por ser um material focado em revisão e consolidação do conteúdo, trabalharemos apenas sobre os conceitos vigentes ou, se revogados, ainda válidos ou passíveis de serem cobrados.

Conceito de contabilidade aplicada ao setor público[1]: ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.



[1] Ainda que este conceito seja da revogada NBC T 16.1, ele é plenamente adequado ao estudo da nossa disciplina.



É comum que a banca ao invés de utilizar os termos obrigatório e facultativo, pergunte se o campo de aplicação se estende ou não a determinadas entidades. Nesse caso, se for obrigatório, diz-se que se estende, se for facultativo, que não se estende. O fundamento está na NBC TSP Estrutura Conceitual:

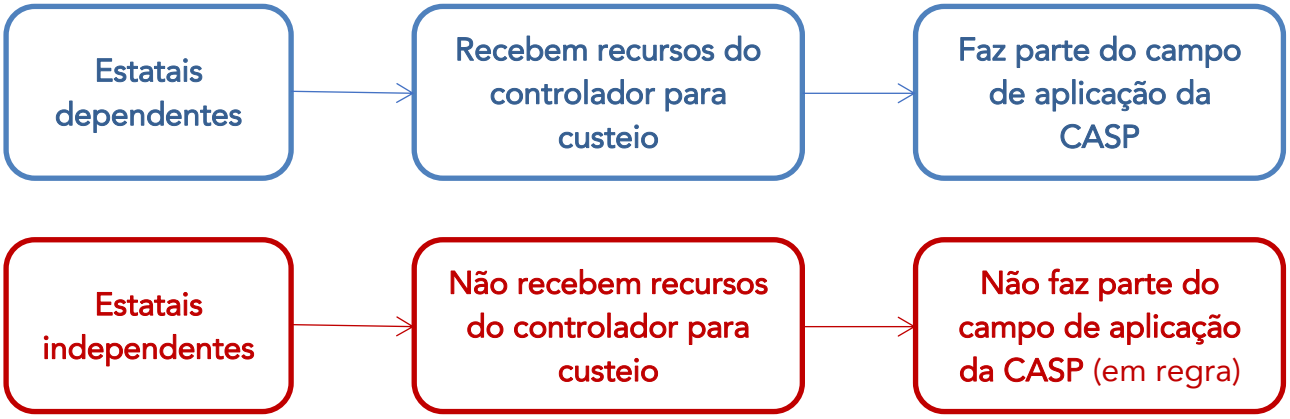
> *1.8A Esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP* ***aplicam-se, obrigatoriamente****, às* ***entidades do setor público*** *quanto à elaboração e divulgação dos RCPGs. Estão* ***compreendidos*** *no conceito de entidades do setor público: os* ***governos*** *nacionais, estaduais, distrital e municipais e seus* ***respectivos poderes*** *(abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (****inclusive as empresas estatais dependentes****).*
>
> *1.8D As* ***demais entidades*** *não compreendidas no item 1.8A, incluídas as empresas estatais independentes,* ***poderão aplicar esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP de maneira facultativa ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres****.*

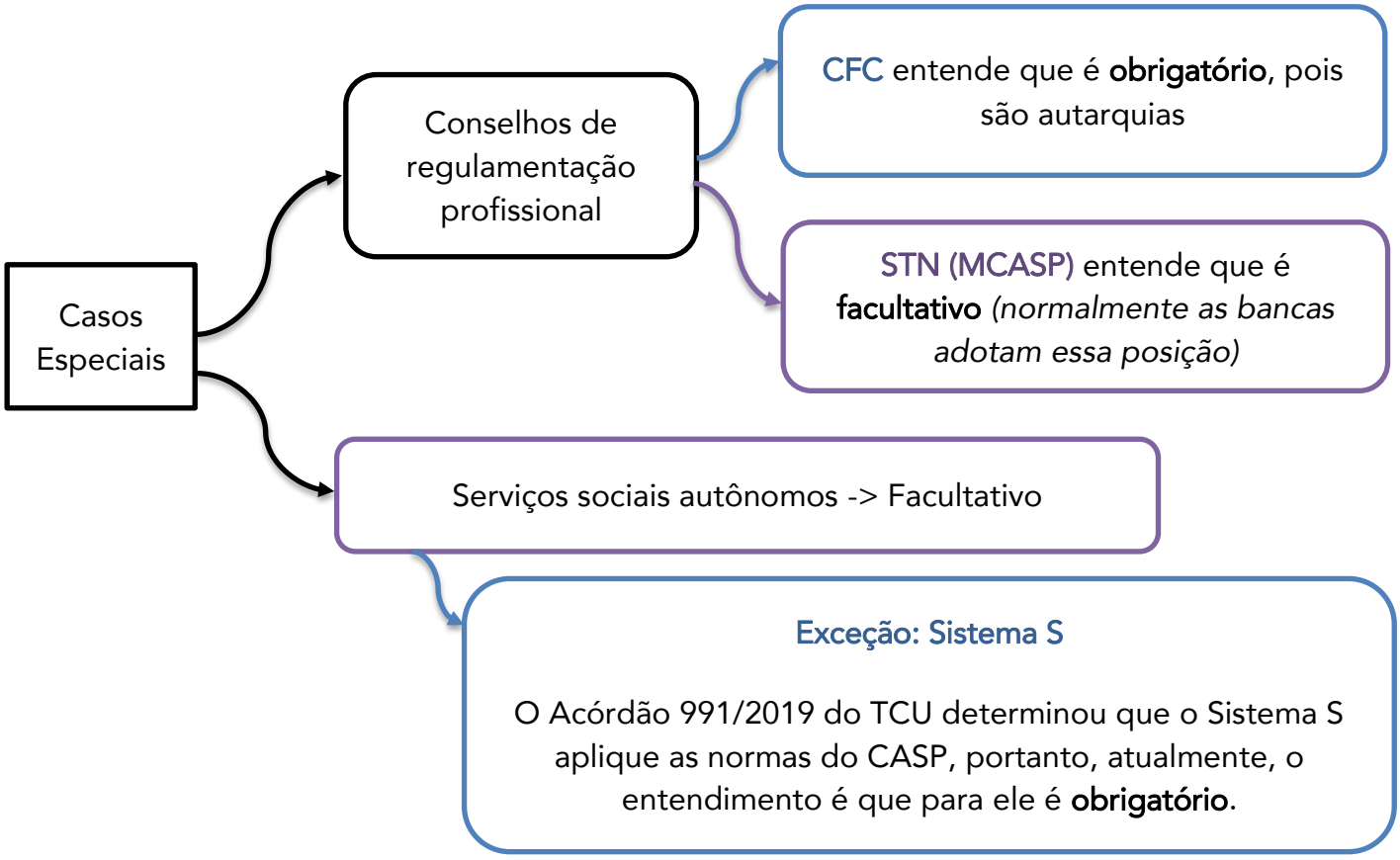
Muita atenção à diferenciação entre as estatais dependentes e as independentes:

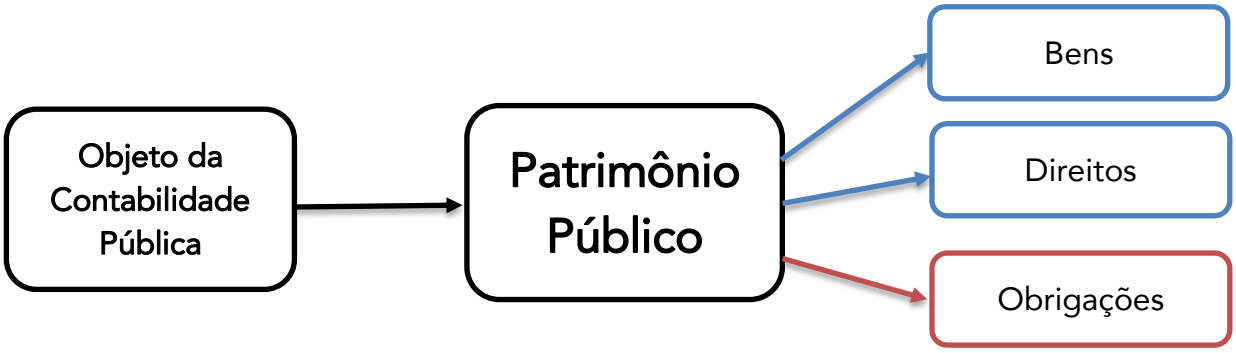
> *1.8B As empresas* ***estatais dependentes*** *são empresas controladas que* ***recebem do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas*** *com pessoal, despesas de custeio em geral ou despesas de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.*

*1.8C As **empresas estatais independentes** são todas as demais empresas controladas pelas entidades do setor público que não se enquadram nas características expostas no item 1.8B, as quais, **em princípio, não estão no alcance desta estrutura conceitual e das demais NBCs TSP** (ver item 1.8D).*









Patrimônio Público: conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Em relação aos bens públicos, lembre-se dos três tipos e quais são controlados pela contabilidade pública:

- **Bens de uso especial** – utilizados pela administração pública para atingir seus fins. São controlados pela CASP.
- **Bens dominicais** – estão sob domínio do Poder Público, mas não possuem um fim específico. São controlados pela CASP.
- **Bens de uso comum do povo** – são aqueles que a sociedade como um todo usufrui. Nem sempre são controlados pela CASP, mas somente em alguns casos, como quando absorvem (ou absorveram) recursos públicos.

Objetivos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP)

- **Fornecer informações** sobre:
    - Resultados alcançados
    - Aspectos de natureza:
        - Orçamentária – relacionados ao orçamento público propriamente dito.

  - Financeira – relacionados ao fluxo de caixa.
  - Econômica – relacionados aos resultados.
  - Física – relacionados à existência física dos elementos.

- Apoiar:
  - Tomada de decisão
  - Prestação de contas
  - Instrumentalização do controle social

O estudo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público está amparado em diversos documentos, dentre os quais possuem maior importância o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as NBCs TSPs e a Lei nº 4.320/64.

O MCASP é bastante abrangente e será abordado com frequência a partir da próxima aula.

Nessa parte introdutória, é importante que você conheça alguns pontos da NBC TSP Estrutura Conceitual.

<u>Objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.</u>

- Esta parte está no item 2 da NBC TSP Estrutura Conceitual. A literalidade dele costuma ser cobrada, portanto faça a sua leitura (transcrevemos na íntegra logo abaixo).
- Parte do pressuposto de que o **objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade**, em vez de obter lucros e gerar retorno aos investidores.
- Fornecimento de informações sobre a entidade do setor público que sejam úteis aos usuários dos RCPGs.
- Objetivos -> Subsidiar:
  - Processos decisórios
  - Prestação de contas
  - Responsabilização *(accountability)*

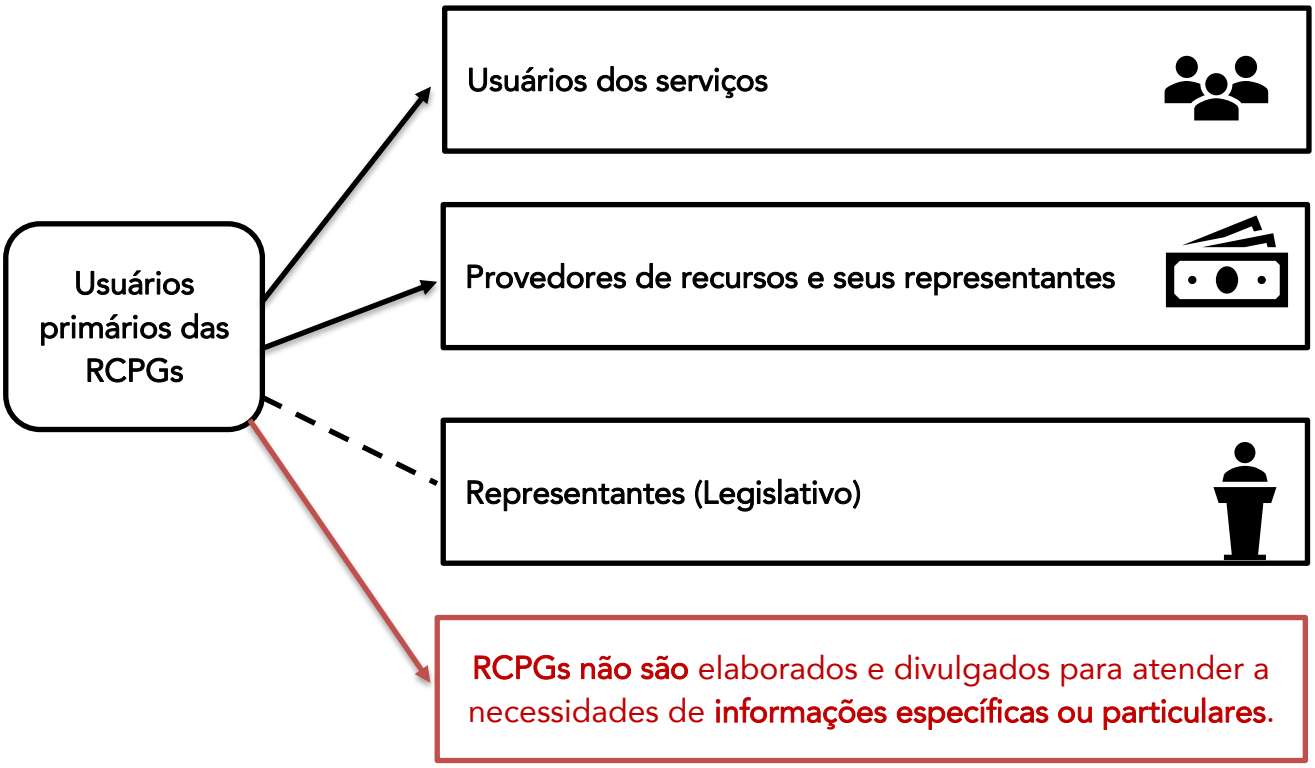
> *2. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Consequentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. Os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (accountability). Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:*
>
> *(a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz;*
>
> *(b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos;*
>
> *(c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e*
>
> *(d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.*

Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG)

- Elaborado para atender às necessidades dos **usuários em geral**.
- Não tem o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários.
- Podem compreender relatórios diversos, cada qual atendendo a certos aspectos dos objetivos e do alcance da elaboração e divulgação da informação contábil.
- Abrangem:
    - Demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.
    - Apresentação de informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.
- A informação sobre a situação patrimonial possibilita aos usuários identificarem os recursos da entidade e as demandas sobre eles, o que subsidia avaliações como:
    - Extensão na qual a administração **cumpriu suas obrigações** em salvaguardar e administrar os recursos da entidade.
    - Extensão na qual os **recursos estão disponíveis** para dar suporte às atividades relativas à prestação de serviços futuros e às **mudanças** durante o exercício.

- **Montantes e o cronograma** de fluxos de caixa futuros necessários aos serviços e ao pagamento das demandas existentes sobre os recursos da entidade.

- Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os RCPGs também podem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis, inclusive as informações sobre questões relacionadas ao governo ou outra entidade do setor público, tais como:
  - Conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações;
  - Atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício;
  - Expectativas relacionadas às atividades de prestação de serviços e outras atividades no futuro, bem como as consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro.
- Como a informação contábil impõe custos, seus benefícios devem justificá-los. Portanto, essa relação custo-benefício deve ser feita, ou que se trata de um julgamento de valor, pois nem sempre é possível identificar todos os custos e benefícios da informação incluída no RCPG.



Cabe destacar ainda que a Estrutura Conceitual traz normas gerais, todavia, quando tiver conflito entre ela e normas específicas vigentes, prevalecem as normas específicas.

Características qualitativas da informação contábil

As características qualitativas da informação incluídas nos RCPGs são atributos que tornam a informação útil aos usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil.

Características qualitativas:

- **Relevância –** capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.
    - As informações têm valor confirmatório se confirmarem ou alterarem expectativas passadas ou presentes.
    - As informações têm valor preditivo quando são voltadas ao futuro, apresentando informações acerca dos objetivos, custos e atividades previstas da prestação de serviços, além do montante e das fontes de recursos que se destinam a serem alocados na prestação de serviços no futuro.
    - Mesmo que alguns usuários já conheçam a informação ou decidam desconsiderá-la, ela será considerada relevante caso tenha o potencial de exercer influência.
- **Representação fidedigna –** é alcançada quando a representação do fenômeno é **completa**, **neutra** e **livre de erro material**.
    - Neutralidade corresponde à ausência de viés, o que significa que informação não é apresentada buscando atingir um resultado em particular.
    - Estar livre de erro material não significa exatidão completa, mas que não há erros ou omissões que sejam individualmente ou coletivamente relevantes na descrição do fenômeno.
- **Compreensibilidade –** permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.
    - A comparabilidade pode aprimorar a compreensibilidade.

- **Tempestividade** – disponibilidade para o usuário a tempo de ela ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.
    - A informação deve estar disponível aos usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas, responsabilização *(accountability)* e tomada de decisão.
- **Comparabilidade** – possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
    - A comparabilidade difere da consistência. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.
    - Não é necessário haver uniformidade para haver comparabilidade. Informações semelhantes devem parecer semelhantes, informações distintas devem parecer distintas.
- **Verificabilidade** – ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar.

Restrições inerentes à informação:

- **Materialidade** – a informação é material quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício. Não há um limite predeterminado uniforme a partir do qual a informação é considerada material.
- **Custo-benefício** – se os benefícios de divulgar uma informação justificam os custos incorridos para fornecê-la e utilizá-la.
- **Alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas** – deve-se buscar o equilíbrio entre as características qualitativas para satisfazer aos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, pois em muitos casos é necessária uma compensação entre elas para alcançar os objetivos da informação.

Elementos das demonstrações contábeis

- **Ativo** – recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
    - Recurso – item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos.
    - A propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo, no entanto, é um indicador de controle.
- **Passivo** – obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
    - Um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser liquidado ou extinto. A obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo.
- **Situação patrimonial líquida** – diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida na demonstração que evidencia a situação patrimonial como patrimônio líquido.
- **Receita** – aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.
- **Despesa** – diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.
- **Superávit ou déficit da entidade para o exercício** – diferença entre as receitas e as despesas que constam nas demonstrações que evidencia o desempenho das entidades do setor público.
- **Contribuição dos proprietários** – entrada de recursos para a entidade a título de contribuição das partes externas, que estabelece ou aumenta a participação delas no patrimônio líquido da entidade.
- **Distribuição aos proprietários** – saída de recursos da entidade a título de distribuição a partes externas, que representa retorno sobre a participação ou a redução dessa participação no patrimônio líquido da entidade.

Orçamentário X Patrimonial

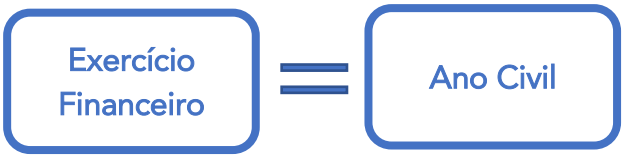
Mesmo que este seja seu primeiro contato com esta disciplina, se você já estudou Contabilidade, lembra que temos os regimes de caixa e o de competência:

- **Regime de competência ->** os registros contábeis são realizados em função do fato gerador, independentemente do recebimento ou pagamento dos valores.
- **Regime de caixa ->** os registros contábeis são realizados em função dos efetivos recebimentos ou pagamentos dos valores.

Em Contabilidade Pública, os lançamentos podem ainda ser patrimoniais ou orçamentários. De início, é essencial que você conheça estes artigos da Lei n° 4.320/64:

*"Art. 34. O **exercício financeiro** coincidirá com o **ano civil**."*

Esse artigo é simples e cobrado com frequência, não se esqueça dele:



"Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

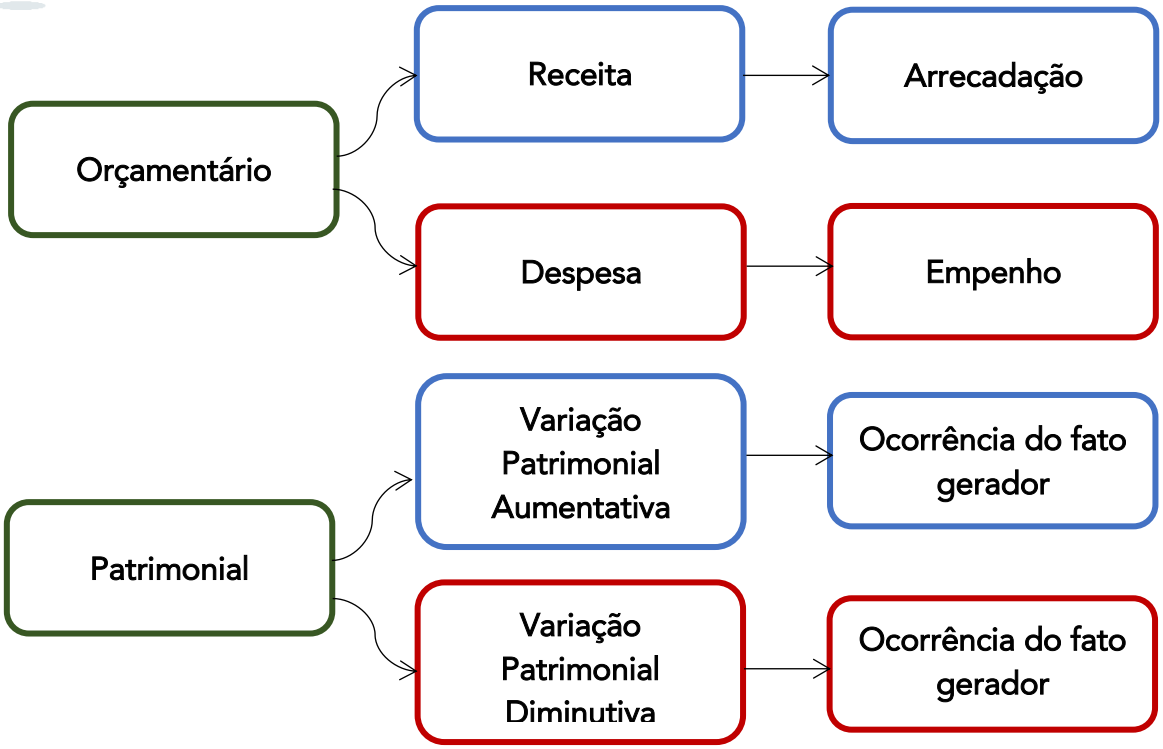
*I - as **receitas nêle arrecadadas**;*

*II - as **despesas nêle legalmente empenhadas**."*

O artigo 35 diz respeito aos **lançamentos orçamentários** e traz um regime misto, em que as receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas pelo regime de competência.

Todavia, nos lançamentos patrimoniais, segue-se o **regime de competência**.

ESQUEMATIZANDO



Para consolidar...

Pense no IPTU da sua casa. No início do ano, a Prefeitura já reconhece a VPA por conta da constituição da sua obrigação em pagar o imposto. Todavia, a receita orçamentária será reconhecida somente no momento da arrecadação.

É importante que você entenda bem essa diferença, mas se tiver com alguma dificuldade, não se preocupe, pois ela será revista várias vezes nas próximas aulas.

Princípios da Contabilidade

Os Princípios da Contabilidade estavam previstos na Resolução n° 750/93. Todavia, esta foi revogada com a publicação da NBC TSP Estrutura Conceitual, que faz parte do processo de convergência às normas internacionais.

Isso não necessariamente significa que os princípios estejam extintos, mas sim que a norma foi revogada para evitar eventuais conflitos de referências conceituais. Após a revogação a cobrança vem sendo muito rara, mas ainda assim entendo que seja importante você conhecer os seguintes:

Entidade - O patrimônio da entidade não se confunde com o patrimônio dos sócios. A entidade possui autonomia patrimonial. A soma ou agregação de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade.

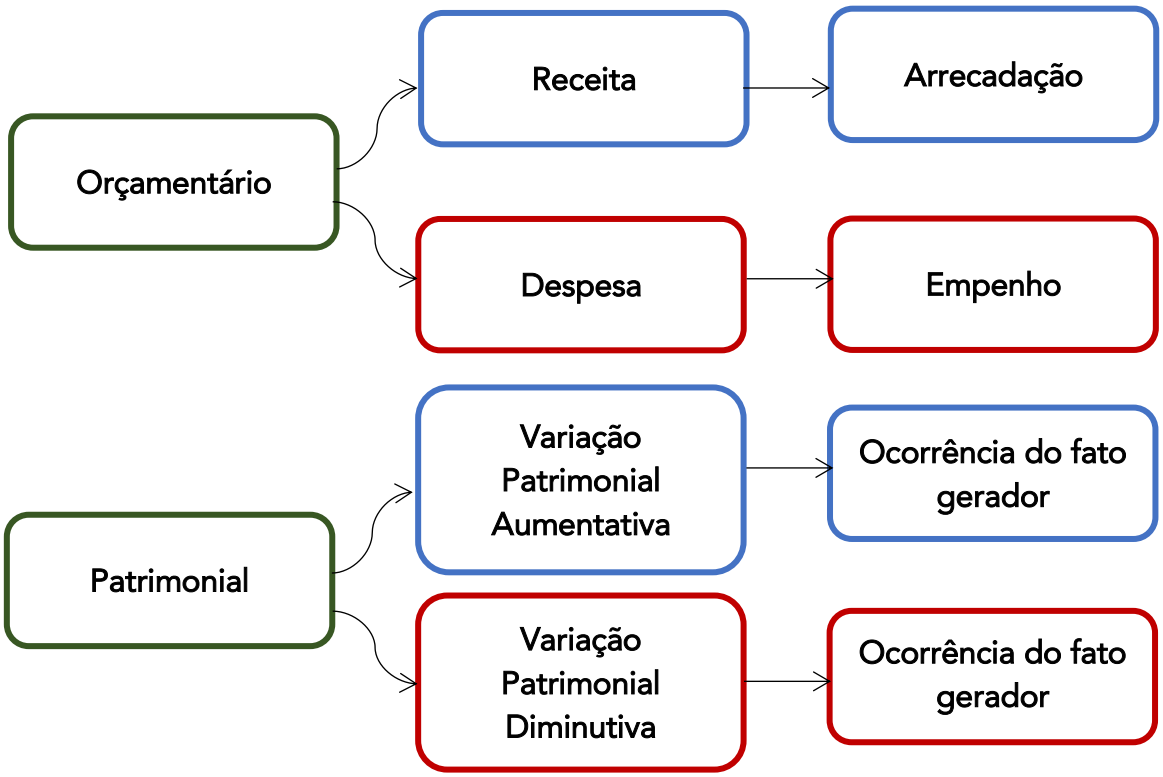
Oportunidade - Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, sendo necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

Competência - Determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

APOSTA ESTRATÉGICA

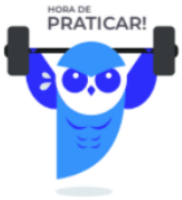
A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais[2].

Dentre os tópicos abordados, acredito que o que você deve dar maior importância nesse momento é a diferença entre os lançamentos contábeis e os patrimoniais, pois além de ser cobrado com muita frequência, ele é essencial para a compreensão do restante da disciplina. Portanto, lembre-se:



[2] Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS



Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.
A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.

Conceitos, objeto, abrangência e campo de aplicação

1. (Cebraspe/2016/TCE-PA/Auditor de Controle Externo)

O objeto da contabilidade aplicada ao setor público é a prestação de contas, aos cidadãos, a respeito da situação patrimonial das entidades públicas.

Comentários

Não confunda! O objeto da contabilidade aplicada ao setor público é o patrimônio público. A prestação de contas aos cidadãos é um dos objetivos.

Gabarito: Errado

2. (Cebraspe/2012/Ancine/Técnico Administrativo)

De acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, julgue o próximo item.

O orçamento público, no qual se estimam as receitas e se fixam as despesas, é o objeto da contabilidade pública.

Comentários

O objeto da contabilidade pública é o patrimônio público, e não o orçamento público, de forma que a questão está errada.

Gabarito: Errado

3. (Cebraspe/2015/MPU/Analista)

Por ser uma entidade governamental, o MPU deve disponibilizar informações sobre aspectos de natureza financeira e física do seu patrimônio.

Comentários

Está correto. o MPU está entre as entidades que devem obrigatoriamente aplicar as normas de contabilidade aplicada ao setor público.

> *1.8A Esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP aplicam-se,* ***obrigatoriamente, às entidades do setor público*** *quanto à elaboração e divulgação dos RCPGs. Estão* ***compreendidos*** *no conceito de entidades do setor público: os governos nacionais, estaduais, distrital e municipais e seus respectivos poderes (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o* ***Ministério Público****), órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (inclusive as empresas estatais dependentes).*

Gabarito: Certo

4. (Cebraspe/2015/TCE-RN/Inspetor de Controle Externo)

O objeto da contabilidade pública é o patrimônio público, que envolve os bens públicos: de uso comum do povo, de uso especial e dominicais.

Comentários

É isso mesmo. O objeto é o patrimônio público, isso é cobrado frequentemente.

Sobre os bens públicos, relembre as principais características deles:

Bens de uso especial – utilizados pela administração pública para atingir seus fins. São controlados pela CASP.

Bens dominicais – estão sob domínio do Poder Público, mas não possuem um fim específico. São controlados pela CASP.

Bens de uso comum do povo – são aqueles que a sociedade como um todo usufrui. São controlados pela CASP somente quando absorvem (ou absorveram) recursos públicos ou foram recebidos em doação.

Ainda que a questão não especifique o caso dos bens de uso comum do povo, lembre-se que questão incompleta não é questão errada.

Gabarito: Certo

5. (Cebraspe/2018/ABIN/Oficial Técnico de Inteligência)

A respeito da estrutura conceitual que fundamenta a elaboração e a divulgação dos relatórios contábeis de propósitos gerais das entidades do setor público (RCPGs), julgue o item que se segue.

A estrutura conceitual se aplica não somente aos governos federal, estadual, municipal e distrital, mas, também, às autarquias e às fundações mantidas pelo poder público, aos fundos e consórcios públicos.

Comentários

Perfeito. A estrutura conceitual aplica-se obrigatoriamente às entidades do setor público, dentre as quais se incluem as previstas no enunciado. Veja como está previsto no texto da NBC TSP Estrutura Conceitual:

> *1.8A Esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP aplicam-se, obrigatoriamente, às entidades do setor público quanto à elaboração e divulgação dos RCPGs. Estão compreendidos no conceito de entidades do setor público: os* ***governos nacionais, estaduais, distrital e municipais*** *e seus respectivos poderes (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), órgãos, secretarias, departamentos, agências,* ***autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos*** *e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (inclusive as empresas estatais dependentes).*

Gabarito: Certo

6. (Cebraspe/2018/ABIN/Oficial Técnico de Inteligência)

A respeito da estrutura conceitual que fundamenta a elaboração e a divulgação dos relatórios contábeis de propósitos gerais das entidades do setor público (RCPGs), julgue o item que se segue.

Os RCPGs se prestam a dar publicidade à prestação de contas da aplicação de recursos públicos, mas são desprovidos de poder comprobatório para a responsabilização de gestores.

Comentários

A questão está errada, porque um dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil é subsidiar a responsabilização dos gestores.

Vamos aproveitar a questão para rever um trecho importantíssimo da NBC.

> *2. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Consequentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da*

> *situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa.* ***Os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (accountability).*** *Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:*
>
> *(a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz;*
>
> *(b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos;*
>
> *(c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e*
>
> *(d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.*

Gabarito: Errado

---

7. (Cebraspe/2018/ABIN/Oficial Técnico de Inteligência)

A respeito da estrutura conceitual que fundamenta a elaboração e a divulgação dos relatórios contábeis de propósitos gerais das entidades do setor público (RCPGs), julgue o item que se segue.

Constantes dos RCPGs, as informações que podem subsidiar as decisões dos usuários incluem aquelas relativas à situação patrimonial, de desempenho do ente e de seus fluxos de caixa.

Comentários

Situação patrimonial, desempenho do ente e fluxos de caixa são informações que compõem os RCPG e que são úteis aos usuários para a sua tomada de decisão, portanto, a questão está correta.

Gabarito: Certo

---

8. (Cebraspe/2018/EBSERH/Analista - Contabilidade)

Julgue o seguinte item, relativo à elaboração e à divulgação de informações contábeis e de demonstrações contábeis no setor público.

Os relatórios contábeis de propósitos gerais abrangem as demonstrações contábeis, mas não se limitam a estas.

Comentários

Perfeito! Os RCPGs abrangem tanto as demonstrações contábeis como as informações que aprimorem, complementem ou suplementem as demonstrações. Portanto, item correto.

Gabarito: Certo

9. (Cebraspe/2020/SEFAZ AL/Auditor de Finanças e Controle)

Conforme o disposto na NBC TSP — estrutura conceitual, julgue o item a seguir, acerca das restrições da informação a ser incluída nos relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público (RCPG).

Como não é possível identificar todos os custos e benefícios da informação incluída nos RCPG, avaliar se os benefícios da informação justificam seus custos é frequentemente uma questão de julgamento de valor.

Comentários

A questão aborda a relação custo-benefício do RCPG. Realmente, os benefícios devem justificar seus custos, e essa avaliação é um julgamento de valor, conforme afirma a NBC TSP Estrutura Conceitual:

> *3.35 A informação contábil impõe custos, e seus benefícios devem justificá-los.* ***Avaliar se os benefícios da informação justificam seus custos é, com frequência, uma questão de julgamento de valor****, pois não é possível identificar todos os custos e todos os benefícios da informação incluída nos RCPGs.*

Portanto, a questão está correta.

Gabarito: Certo

10. (Cebraspe/2015/FUB/Auditor)

É um objetivo da contabilidade aplicada ao setor público fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e de suas mutações com fins de apoio ao processo de tomada de decisões.

Comentários

Perfeito, a questão retrata corretamente um dos objetivos da contabilidade aplicada ao setor público.

Na época da questão, a norma válida era a NBC T 16.1. Atualmente, vale a NBC TSP Estrutura Conceitual, a qual prevê o seguinte:

> *2.1. Os objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil estão relacionados ao* ***fornecimento de informações sobre a entidade do setor público que são úteis aos usuários*** *dos RCPGs para a prestação de contas e responsabilização (accountability)* ***e tomada de decisão****.*

Gabarito: Certo

11. (Cebraspe/2019/TJ AM/Analista Judiciário - Contabilidade)

De acordo com as normas vigentes de contabilidade pública, julgue o item a seguir, a respeito do alcance, do campo de aplicação e das características da informação.

Caso a única receita de um conselho federal profissional seja oriunda das contribuições dos profissionais registrados, as normas de contabilidade pública devem ser aplicadas aos registros desse conselho.

Comentários

Questão boa para vermos que o Cespe leva em consideração a orientação do MCASP para os conselhos profissionais, segundo o qual, os conselhos estão no campo facultativo de aplicação. Portanto, a questão está errada ao afirmar que eles devem aplicar as normas de contabilidade pública.

Gabarito: Errado

12. (Cebraspe/2020/SEFAZ DF/Auditor Fiscal)

Relativamente à natureza e ao propósito dos ativos e passivos do setor público, julgue o item que se segue.

Para que uma entidade do setor público seja capaz de acessar o potencial de serviços associado a um recurso, é necessário que essa entidade obtenha direitos jurídicos sobre ele.

Comentários

Estudaremos com mais detalhes esse tema nas aulas sobre os procedimentos contábeis patrimoniais, mas, com o que já vimos, podemos concluir que a questão está errada, pois não é necessário que se obtenha direitos jurídicos sobre o recurso, tendo em vista que a propriedade legal é um indicador de controle, mas não uma característica essencial do ativo.

Gabarito: Errado

13. (Cebraspe/2020/SEFAZ DF/Auditor Fiscal)

Relativamente à natureza e ao propósito dos ativos e passivos do setor público, julgue o item que se segue.

Para que uma obrigação presente exista, é essencial conhecer a identidade dos terceiros antes da época da extinção do passivo.

Comentários

Questão na mesma linha da anterior, e também está errada, pois não é essencial conhecer a identidade dos terceiros antes da extinção do passivo. Veja como o texto da NBC TSP Estrutura Conceitual aborda esse ponto:

> *5.18 As obrigações vinculadas podem ser obrigações legais (ou legalmente vinculadas) ou não legalmente vinculadas. As obrigações vinculadas podem originar-se tanto de transações com contraprestação quanto de transações sem contraprestação.* ***A obrigação deve estar relacionada a um terceiro para poder gerar um passivo.*** *A entidade não pode obrigar a si mesma, mesmo quando tenha divulgado publicamente a intenção de se comportar de determinado modo.* ***A identificação de terceiros é uma indicação da existência de obrigação que dá origem a um passivo.*** ***Entretanto, não é essencial saber a identidade dos terceiros antes da época da extinção do passivo para que a obrigação presente exista****.*

Gabarito: Errado

---

14. (Cebraspe/2018/EBSERH/Analista - Contabilidade)

Julgue o item a seguir, a respeito da composição e das variações do patrimônio público e da mensuração dos seus elementos.

Um dos requisitos para que um recurso seja classificado como ativo de uma entidade é o seu controle, o que significa sua propriedade legal.

Comentários

A questão está errada porque controle e propriedade legal são duas coisas diferentes.

O ativo é um recurso controlado pela entidade, todavia, a propriedade legal é um indicador de controle, não sendo uma característica essencial do ativo.

Gabarito: Errado

Características qualitativas

15. (Cebraspe/2019/MPC PA/Procurador de Contas)

A comparabilidade da informação financeira

a) constitui a relação entre dois ou mais itens de informação.

b) refere-se à utilização dos mesmos princípios contábeis.

c) auxilia na consecução do objetivo de consistência.

d) demanda que todas as informações sejam uniformes.

e) é necessária apenas para permitir comparação com outras entidades.

Comentários

Vamos analisar os itens individualmente.

Letra A – Correta. Veja como está previsto na NBC TSP Estrutura Conceitual:

> *3.21 Comparabilidade é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A comparabilidade não é uma qualidade de item individual de informação, mas, antes, a qualidade* ***da relação entre dois ou mais itens de informação****.*

Letras B e C – Erradas. O item 3.22 diz o contrário, veja:

> *3.22 A comparabilidade difere da consistência.* ***A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração*** **(LETRA B)***, seja de período a período dentro da entidade ou de um único período entre duas ou mais entidades.* ***A comparabilidade é o objetivo, enquanto que a consistência auxilia a atingi-lo*** **(LETRA C)***. Em alguns casos, os princípios ou políticas contábeis adotados pela entidade podem ser revisados para melhor representar determinada transação ou evento nos RCPGs. Nesses casos, a inclusão de evidenciação ou explicação adicional pode ser necessária para satisfazer às características da comparabilidade.*

A letra B está errada, pois quem se refere à utilização dos mesmos princípios contábeis é a consistência.

A letra C está errada porque é a consistência quem auxilia na consecução do objetivo da comparabilidade.

Letra D – Errada, porque a ênfase demasiada na uniformidade pode reduzir a comparabilidade ao fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes.

> *3.23 A comparabilidade também difere da uniformidade.* ***Para que a informação seja comparável, coisas semelhantes devem parecer semelhantes e coisas distintas devem parecer distintas****.* ***A ênfase demasiada na uniformidade pode reduzir a comparabilidade ao fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes****. A comparabilidade da informação nos RCPGs não é aprimorada ao se fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes, assim como ao fazer com que coisas semelhantes pareçam distintas.*

Letra E – Errada, pois o objetivo da comparabilidade é muito mais amplo. A própria NBC TSP Estrutura Conceitual coloca diversos casos de utilização.

> *3.24 A informação sobre a situação patrimonial da entidade, o desempenho, os fluxos de caixa, a conformidade com os orçamentos aprovados ou com outra legislação relevante ou com os demais regulamentos relacionados à captação e à utilização dos recursos, o desempenho da prestação de serviços e os seus planos futuros, é necessária para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. A utilidade de tal informação é aprimorada se puder ser comparada com, por exemplo:*
>
> *(a)* ***informações financeiras e não financeiras prospectivas anteriormente apresentadas*** *para aquele exercício ou data do relatório;*
>
> *(b)* ***informação similar sobre a mesma entidade*** *referente a algum outro exercício ou a algum outro momento no tempo; e*
>
> *(c)* ***informação similar sobre outras entidades*** *(por exemplo, entidades do setor público prestando serviços semelhantes em jurisdições distintas) para o mesmo exercício.*

Gabarito: A

---

16. (Cebraspe/2018/TCE-MG/Analista de Controle Externo – Ciências Contábeis)

Uma entidade pública realizou operação de arrendamento mercantil financeiro de um ativo tangível. O gestor contábil interpretou a operação como direito cedido por meio de contrato de licenciamento e contabilizou o fato como ativo intangível.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção que indica a característica qualitativa da informação violada pela entidade quando da publicação dos relatórios contábeis.

a) compreensibilidade

b) tempestividade

c) imparcialidade

d) relevância

e) representação fidedigna

Comentários

O fato foi o lançamento de um ativo tangível como ativo intangível, ou seja, a representação não foi fidedigna, de forma que o gabarito é a letra E. Relembrando que a representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material e, no caso em análise, ela não está livre de erro material.

Vamos relembrar os conceitos das características qualitativas presentes nas demais assertivas:

Compreensibilidade – permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.

Tempestividade – disponibilidade para o usuário a tempo de ela ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.

Relevância – capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.

A imparcialidade não é uma das características qualitativas.

Gabarito: E

---

17. (Cebraspe/2020/SEFAZ AL/Auditor de Finanças e Controle)

Conforme o disposto na NBC TSP — estrutura conceitual, julgue o item a seguir, acerca das restrições da informação a ser incluída nos relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público (RCPG).

É material a informação cujo valor seja superior a 10% do grupo contábil do qual essa informação faça parte.

Comentários

A questão está errada, pois não há um limite predeterminado uniforme a partir do qual a informação se torna material. Vejamos o que diz a NBC TSP Estrutura Conceitual:

> *3.32 A informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização (accountability), ou as decisões que os usuários tomam com base nos RCPGs elaborados para aquele exercício. A materialidade depende tanto da natureza quanto do montante do item analisado dentro das particularidades de cada entidade. Os RCPGs podem englobar informação qualitativa e quantitativa acerca do cumprimento da prestação de serviços durante o período de referência e das expectativas sobre a prestação de serviço e o desempenho no futuro.* ***Consequentemente, não é possível especificar um limite quantitativo uniforme no qual determinada informação se torna material****.*

Gabarito: Errado

---

18. (Cebraspe/2018/ABIN/Oficial Técnico de Inteligência)

A respeito das características qualitativas inerentes aos RCPGs, julgue o item a seguir.

Característica qualitativa da informação, a comparabilidade permite que o usuário identifique semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.

Comentários

Sem muito no que se estender aqui, a questão traz corretamente o conceito da característica qualitativa da comparabilidade.

Gabarito: Certo

19. (Cebraspe/2018/ABIN/ Oficial Técnico de Inteligência)

A respeito das características qualitativas inerentes aos RCPGs, julgue o item a seguir.

As características qualitativas são inaplicáveis às informações não financeiras e prospectivas do ente que as divulga.

Comentários

As características qualitativas aplicam-se às informações financeiras e não financeiras, bem como às históricas e às prospectivas. NBC TSP Estrutura Conceitual:

> *3.5 As características* ***qualitativas se aplicam a todas as informações financeiras e não financeiras apresentadas nos RCPGs, inclusive às informações histórica e prospectiva, além da informação explicativa****. Contudo, pode haver variação no grau que as características qualitativas podem ser alcançadas, dependendo do nível de incerteza e de avaliação subjetiva envolvidos na compilação das informações financeiras e não financeiras. A necessidade de orientação adicional na interpretação e aplicação das características qualitativas àquilo que estende o alcance da informação contábil para além das demonstrações contábeis deve ser considerada no desenvolvimento de qualquer NBC TSP ou de outras disposições do CFC inerentes às entidades do setor público e que tratam de tais questões.*

Gabarito: Errado

20. (Cebraspe/2018/ABIN/ Oficial Técnico de Inteligência)

A respeito das características qualitativas inerentes aos RCPGs, julgue o item a seguir.

Uma informação será considerada relevante se possuir a capacidade de influenciar a decisão do usuário e se este, de fato, fizer uso dela.

Comentários

Basta ter a capacidade de influenciar a decisão do usuário para ser considerada relevante. Independentemente de ser por ele utilizada.

Gabarito: Errado

21. (Cebraspe/2020/TJ PA/Analista Judiciário - Ciências Contábeis)

Assinale a opção que apresenta as características qualitativas da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG), em conformidade com o disposto na NBC TSP – Estrutura Conceitual.

a) unidade, anualidade, universalidade, não afetação e transparência

b) relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade

c) primazia da essência sobre a forma, materialidade e custo benefício

d) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

e) entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência

Comentários

As características qualitativas são: **relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade**, conforme traz a alternativa B.

Gabarito: B

Regimes Orçamentário e Patrimonial

22. (Cebraspe/2015/TCE-RN/Auditor)

Acerca do relacionamento entre o regime orçamentário e o regime contábil e considerando o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, julgue o próximo item.

Em atendimento aos princípios contábeis da competência e da oportunidade, deve haver o reconhecimento da receita orçamentária em função do fato gerador, independentemente do momento de sua arrecadação.

Comentários

Lembre-se do artigo 35 da Lei 4.320/64.

> *Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:*
> *I - **as receitas nele arrecadadas**;*
> *II - as despesas nele legalmente empenhadas.*

Perceba que a lei informa que as receitas são reconhecidas no momento da arrecadação, e não na ocorrência do fato gerador.

Em aulas futuras trataremos com maiores detalhes o reconhecimento das receitas.

Gabarito: Errado

23. (Cebraspe/2020/SEFAZ DF/Auditor Fiscal)

Julgue o item, considerando o disposto na Lei n.° 4.320/1964.

Os valores objeto da previsão de arrecadação de receitas constante da lei orçamentária anual pertencem ao respectivo exercício financeiro.

Comentários

A questão está errada, pois pertencem ao exercício financeiro as receitas que nele forem arrecadadas, e não as meramente previstas. Corrigindo a questão:

Os valores objeto ~~da previsão~~ de arrecadação de receitas constante da lei orçamentária anual pertencem ao respectivo exercício financeiro.

Gabarito: Errado

24. (Cebraspe/2020/SEFAZ DF/Auditor Fiscal)

Julgue o próximo item, acerca de receitas públicas.

Pelo regime orçamentário, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele previstas.

Comentários

Praticamente a mesma questão cobrada pelo Cebraspe em dois concursos para auditor fiscal no mesmo ano.

Como comentamos na anterior, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, não as previstas.

Gabarito: Errado

25. (Cebraspe/2020/TJ PA/Analista Judiciário)

Conforme a nova contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e a Lei n.° 4.320/1964, os regimes contábeis de competência e caixa da receita pública configuram-se, respectivamente, nos estágios de a) previsão e arrecadação.

b) previsão e recolhimento.

c) lançamento e arrecadação.

d) lançamento e recolhimento.

e) arrecadação e recolhimento.

Comentários

Esquematizando...

Ótica patrimonial -> Regime de Competência -> Lançamento

Ótica orçamentária -> Regime de Caixa -> Arrecadação

Com isso, chegamos à letra C como gabarito.

Gabarito: C

---

26. (Cebraspe/2020/TJ PA/Analista Judiciário - Ciências Contábeis)

Caso a liquidação da despesa orçamentária ocorra concomitantemente com o fato gerador da prestação do serviço, a variação patrimonial diminutiva

a) será contabilizada no momento do empenho da despesa orçamentária.

b) será contabilizada juntamente com a liquidação da despesa orçamentária.

c) será contabilizada no momento do pagamento da despesa orçamentária.

d) não será contabilizada porque já cumpriu o ritual da execução orçamentária.

e) não será contabilizada porque essa transação configura fato permutativo, ou seja, não afeta a situação patrimonial líquida.

Comentários

Nesta aula já vimos que a despesa orçamentária ocorre no momento do empenho e a VPD no momento da ocorrência do fato gerador. Esta questão traz outros conceitos que serão abordados nas aulas sobre as etapas da despesa e sobre os procedimentos contábeis patrimoniais, mas já achei interessante trazê-la aqui...

As etapas da execução da despesa são: empenho, liquidação e pagamento.

Em qual delas se atesta a prestação do serviço e se reconhece do direito do credor? É na liquidação, portanto, a alternativa correta é a letra B, pois a VPD será reconhecida juntamente com a liquidação.

Gabarito: B

---

27. (Cebraspe/2019/TJ AM/Analista Judiciário - Contabilidade)

Os eventos mostrados na tabela a seguir, em que os valores são expressos em R$ mil, ocorreram em determinado estado da Federação, no exercício de 20X9. Nesse sentido, considere que as siglas IPVA e ICMS referem-se, respectivamente a imposto sobre a propriedade de veículos automotores e imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.

itens	valores
pagamento de mobiliário entregue em 20X8	2.400
lançamento do IPVA do exercício	1.900
receita de aluguéis prevista na lei orçamentária anual (LOA)	800
empenho para aquisição de imóveis	1.100
recebimento de empréstimos concedidos	2.900
arrecadação de ICMS do período	1.300
liquidação da dívida interna	1.200
pagamento de salários do exercício	1.700
recebimento de *royalties*	1.700
liquidação de serviço de limpeza	1.800
pagamento de operações de crédito por antecipação orçamentária	600
recolhimento, à conta única do Tesouro, de taxa de bombeiro recebida na rede bancária	500
alienação de veículos usados	700
empenho referente à concessão de empréstimos	500
recebimento de depósitos em garantia	700

Com relação às informações apresentadas, julgue o seguinte item.

Sob a ótica patrimonial, o tratamento a ser dado ao evento "lançamento do IPVA do exercício" deve ser o reconhecimento da receita.

Comentários

A tabela foi utilizada para outras questões da prova, mas para esta não eram necessários cálculos, e sim entender o momento do reconhecimento da receita. Em que momento é reconhecida a receita do IPVA?

Ótica orçamentária -> arrecadação

Ótica patrimonial -> lançamento

Portanto, a questão está correta.

Gabarito: Certo

28. (Cebraspe/2018/CAGE RS/Auditor do Estado)

De acordo com a legislação vigente, as receitas orçamentárias pertencem ao exercício financeiro em que forem arrecadadas. Essa determinação está em desacordo com o princípio de contabilidade da

a) competência.

b) prudência.

c) entidade.

d) continuidade.

e) oportunidade.

Comentários

A legislação vigente abordada no enunciado é a Lei 4.320/64, a qual possui a seguinte previsão:

> *Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:*
> *I - as receitas nele arrecadadas;*
> *II - as despesas nele legalmente empenhadas.*

Portanto, sob a ótica deste artigo, temos um enfoque misto para o orçamento, em que as despesas são reconhecidas pelo regime de competência (assim que são empenhadas) e as receitas pelo regime de caixa (somente quando arrecadadas).

Tal previsão está em desacordo com o princípio da competência, segundo o qual os efeitos das transações devem ser reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento.

Sobre os princípios presentes nas demais alternativas, relembre os seus conceitos:

Prudência – em alternativas igualmente válidas, aplica-se o menor valor para o ativo e o maior para o passivo.

Entidade – autonomia e responsabilização do patrimônio pertencente ao ente público. A autonomia tem origem na destinação social do patrimônio e a responsabilização pela obrigatoriedade de prestação de contas pelos agentes públicos.

Continuidade – pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro. No setor público, está vinculada ao cumprimento da destinação social do patrimônio.

Oportunidade – base para a integridade e a fidedignidade dos processos de reconhecimento, mensuração e evidenciação da informação contábil. A integridade e a fidedignidade dizem

respeito à necessidade de as variações serrem reconhecidas na sua totalidade, visando ao completo atendimento da essência sobre a forma.

Cabe ressaltar que as normas que previam os princípios estão revogadas, portanto, não vale mais a pena estudá-los a fundo para seu concurso, ainda que alguns deles continuem existindo, como o da competência.

Gabarito: A

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

2. Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?

3. Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?

4. Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?

5. Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?

6. Quais as três restrições inerentes à informação?

7. A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?

8. O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?

9. O que abrange o RCPG?

10. Quem são os usuários primários dos RCPG?

11. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as receitas?

12. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as despesas?

Perguntas com respostas

1. Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

As empresas estatais dependentes são obrigadas a aplicar as normas da CASP. As empresas estatais independentes têm aplicação facultativa ou por determinação dos órgãos fiscalizadores ou controladores.

2. Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?

Patrimônio Público.

3. Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?

Relevância, Representação Fidedigna, Compreensibilidade, Tempestividade, Comparabilidade e Verificabilidade.

4. Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?

Quando tem a capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

5. Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?

A comparabilidade possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.

6. **Quais as três restrições inerentes à informação?**

Materialidade, custo-benefício e alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas.

7. **A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?**

Quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

8. **O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?**

Nenhum. O RCPG não tem o propósito de atender a finalidade ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários, mas sim de atender às necessidades dos usuários em geral.

9. **O que abrange o RCPG?**

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, e a apresentação das informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

10. **Quem são os usuários primários dos RCPG?**

Os usuários dos serviços e os provedores de recursos, bem como os seus representantes.

11. **De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as receitas?**

Arrecadação

12. **De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as despesas?**

Empenho

LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Conceitos, objeto, abrangência e campo de aplicação

1. (Cebraspe/2016/TCE-PA/Auditor de Controle Externo)

O objeto da contabilidade aplicada ao setor público é a prestação de contas, aos cidadãos, a respeito da situação patrimonial das entidades públicas.

2. (Cebraspe/2012/Ancine/Técnico Administrativo)

De acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, julgue o próximo item.

O orçamento público, no qual se estimam as receitas e se fixam as despesas, é o objeto da contabilidade pública.

3. (Cebraspe/2015/MPU/Analista)

Por ser uma entidade governamental, o MPU deve disponibilizar informações sobre aspectos de natureza financeira e física do seu patrimônio.

4. (Cebraspe/2015/TCE-RN/Inspetor de Controle Externo)

O objeto da contabilidade pública é o patrimônio público, que envolve os bens públicos: de uso comum do povo, de uso especial e dominicais.

5. (Cebraspe/2018/ABIN/Oficial Técnico de Inteligência)

A respeito da estrutura conceitual que fundamenta a elaboração e a divulgação dos relatórios contábeis de propósitos gerais das entidades do setor público (RCPGs), julgue o item que se segue.

A estrutura conceitual se aplica não somente aos governos federal, estadual, municipal e distrital, mas, também, às autarquias e às fundações mantidas pelo poder público, aos fundos e consórcios públicos.

6. (Cebraspe/2018/ABIN/Oficial Técnico de Inteligência)

A respeito da estrutura conceitual que fundamenta a elaboração e a divulgação dos relatórios contábeis de propósitos gerais das entidades do setor público (RCPGs), julgue o item que se segue.

Os RCPGs se prestam a dar publicidade à prestação de contas da aplicação de recursos públicos, mas são desprovidos de poder comprobatório para a responsabilização de gestores.

7. (Cebraspe/2018/ABIN/Oficial Técnico de Inteligência)

A respeito da estrutura conceitual que fundamenta a elaboração e a divulgação dos relatórios contábeis de propósitos gerais das entidades do setor público (RCPGs), julgue o item que se segue.

Constantes dos RCPGs, as informações que podem subsidiar as decisões dos usuários incluem aquelas relativas à situação patrimonial, de desempenho do ente e de seus fluxos de caixa.

8. (Cebraspe/2018/EBSERH/Analista - Contabilidade)

Julgue o seguinte item, relativo à elaboração e à divulgação de informações contábeis e de demonstrações contábeis no setor público.

Os relatórios contábeis de propósitos gerais abrangem as demonstrações contábeis, mas não se limitam a estas.

9. (Cebraspe/2020/SEFAZ AL/Auditor de Finanças e Controle)

Conforme o disposto na NBC TSP — estrutura conceitual, julgue o item a seguir, acerca das restrições da informação a ser incluída nos relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público (RCPG).

Como não é possível identificar todos os custos e benefícios da informação incluída nos RCPG, avaliar se os benefícios da informação justificam seus custos é frequentemente uma questão de julgamento de valor.

10. (Cebraspe/2015/FUB/Auditor)

É um objetivo da contabilidade aplicada ao setor público fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e de suas mutações com fins de apoio ao processo de tomada de decisões.

11. (Cebraspe/2019/TJ AM/Analista Judiciário - Contabilidade)

De acordo com as normas vigentes de contabilidade pública, julgue o item a seguir, a respeito do alcance, do campo de aplicação e das características da informação.

Caso a única receita de um conselho federal profissional seja oriunda das contribuições dos profissionais registrados, as normas de contabilidade pública devem ser aplicadas aos registros desse conselho.

12. (Cebraspe/2020/SEFAZ DF/Auditor Fiscal)

Relativamente à natureza e ao propósito dos ativos e passivos do setor público, julgue o item que se segue.

Para que uma entidade do setor público seja capaz de acessar o potencial de serviços associado a um recurso, é necessário que essa entidade obtenha direitos jurídicos sobre ele.

13. (Cebraspe/2020/SEFAZ DF/Auditor Fiscal)

Relativamente à natureza e ao propósito dos ativos e passivos do setor público, julgue o item que se segue.

Para que uma obrigação presente exista, é essencial conhecer a identidade dos terceiros antes da época da extinção do passivo.

14. (Cebraspe/2018/EBSERH/Analista - Contabilidade)

Julgue o item a seguir, a respeito da composição e das variações do patrimônio público e da mensuração dos seus elementos.

Um dos requisitos para que um recurso seja classificado como ativo de uma entidade é o seu controle, o que significa sua propriedade legal.

Características qualitativas

15. (Cebraspe/2019/MPC PA/Procurador de Contas)

A comparabilidade da informação financeira

a) constitui a relação entre dois ou mais itens de informação.

b) refere-se à utilização dos mesmos princípios contábeis.

c) auxilia na consecução do objetivo de consistência.

d) demanda que todas as informações sejam uniformes.

e) é necessária apenas para permitir comparação com outras entidades.

16. (Cebraspe/2018/TCE-MG/Analista de Controle Externo – Ciências Contábeis)

Uma entidade pública realizou operação de arrendamento mercantil financeiro de um ativo tangível. O gestor contábil interpretou a operação como direito cedido por meio de contrato de licenciamento e contabilizou o fato como ativo intangível.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção que indica a característica qualitativa da informação violada pela entidade quando da publicação dos relatórios contábeis.

a) compreensibilidade

b) tempestividade

c) imparcialidade

d) relevância

e) representação fidedigna

17. (Cebraspe/2020/SEFAZ AL/Auditor de Finanças e Controle)

Conforme o disposto na NBC TSP — estrutura conceitual, julgue o item a seguir, acerca das restrições da informação a ser incluída nos relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público (RCPG).

É material a informação cujo valor seja superior a 10% do grupo contábil do qual essa informação faça parte.

18. (Cebraspe/2018/ABIN/Oficial Técnico de Inteligência)

A respeito das características qualitativas inerentes aos RCPGs, julgue o item a seguir.

Característica qualitativa da informação, a comparabilidade permite que o usuário identifique semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.

19. (Cebraspe/2018/ABIN/ Oficial Técnico de Inteligência)

A respeito das características qualitativas inerentes aos RCPGs, julgue o item a seguir.

As características qualitativas são inaplicáveis às informações não financeiras e prospectivas do ente que as divulga.

20. (Cebraspe/2018/ABIN/ Oficial Técnico de Inteligência)

A respeito das características qualitativas inerentes aos RCPGs, julgue o item a seguir.

Uma informação será considerada relevante se possuir a capacidade de influenciar a decisão do usuário e se este, de fato, fizer uso dela.

21. (Cebraspe/2020/TJ PA/Analista Judiciário - Ciências Contábeis)

Assinale a opção que apresenta as características qualitativas da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG), em conformidade com o disposto na NBC TSP – Estrutura Conceitual.

a) unidade, anualidade, universalidade, não afetação e transparência

b) relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade

c) primazia da essência sobre a forma, materialidade e custo benefício

d) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

e) entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência

Regimes Orçamentário e Patrimonial

22. (Cebraspe/2015/TCE-RN/Auditor)

Acerca do relacionamento entre o regime orçamentário e o regime contábil e considerando o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, julgue o próximo item.

Em atendimento aos princípios contábeis da competência e da oportunidade, deve haver o reconhecimento da receita orçamentária em função do fato gerador, independentemente do momento de sua arrecadação.

23. (Cebraspe/2020/SEFAZ DF/Auditor Fiscal)

Julgue o item, considerando o disposto na Lei n.° 4.320/1964.

Os valores objeto da previsão de arrecadação de receitas constante da lei orçamentária anual pertencem ao respectivo exercício financeiro.

24. (Cebraspe/2020/SEFAZ DF/Auditor Fiscal)

Julgue o próximo item, acerca de receitas públicas.

Pelo regime orçamentário, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele previstas.

25. (Cebraspe/2020/TJ PA/Analista Judiciário)

Conforme a nova contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e a Lei n.° 4.320/1964, os regimes contábeis de competência e caixa da receita pública configuram-se, respectivamente, nos estágios de a) previsão e arrecadação.

b) previsão e recolhimento.

c) lançamento e arrecadação.

d) lançamento e recolhimento.

e) arrecadação e recolhimento.

26. (Cebraspe/2020/TJ PA/Analista Judiciário - Ciências Contábeis)

Caso a liquidação da despesa orçamentária ocorra concomitantemente com o fato gerador da prestação do serviço, a variação patrimonial diminutiva

a) será contabilizada no momento do empenho da despesa orçamentária.

b) será contabilizada juntamente com a liquidação da despesa orçamentária.

c) será contabilizada no momento do pagamento da despesa orçamentária.

d) não será contabilizada porque já cumpriu o ritual da execução orçamentária.

e) não será contabilizada porque essa transação configura fato permutativo, ou seja, não afeta a situação patrimonial líquida.

27. (Cebraspe/2019/TJ AM/Analista Judiciário - Contabilidade)

Os eventos mostrados na tabela a seguir, em que os valores são expressos em R$ mil, ocorreram em determinado estado da Federação, no exercício de 20X9. Nesse sentido, considere que as siglas IPVA e ICMS referem-se, respectivamente a imposto sobre a propriedade de veículos automotores e imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.

itens	valores
pagamento de mobiliário entregue em 20X8	2.400
lançamento do IPVA do exercício	1.900
receita de aluguéis prevista na lei orçamentária anual (LOA)	800
empenho para aquisição de imóveis	1.100
recebimento de empréstimos concedidos	2.900
arrecadação de ICMS do período	1.300
liquidação da dívida interna	1.200
pagamento de salários do exercício	1.700
recebimento de *royalties*	1.700
liquidação de serviço de limpeza	1.800
pagamento de operações de crédito por antecipação orçamentária	600
recolhimento, à conta única do Tesouro, de taxa de bombeiro recebida na rede bancária	500
alienação de veículos usados	700
empenho referente à concessão de empréstimos	500
recebimento de depósitos em garantia	700

Com relação às informações apresentadas, julgue o seguinte item.

Sob a ótica patrimonial, o tratamento a ser dado ao evento "lançamento do IPVA do exercício" deve ser o reconhecimento da receita.

28. (Cebraspe/2018/CAGE RS/Auditor do Estado)

De acordo com a legislação vigente, as receitas orçamentárias pertencem ao exercício financeiro em que forem arrecadadas. Essa determinação está em desacordo com o princípio de contabilidade da

a) competência.

b) prudência.

c) entidade.

d) continuidade.

e) oportunidade.

GABARITO



1. Errado
2. Errado
3. Certo
4. Certo
5. Certo
6. Errado
7. Certo
8. Certo
9. Certo
10. Certo
11. Errado
12. Errado
13. Errado
14. Errado
15. A
16. E
17. Errado
18. Certo
19. Errado
20. Errado
21. B
22. Errado
23. Errado
24. Errado
25. C
26. B
27. Certo
28. A

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei 10.180/2001.

Lei 4.320/64.

NBC TSP Estrutura Conceitual.

Possati, G. *Contabilidade Pública.* Estratégia Concursos.

STN. (2019). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição.*

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.